

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INCENTIVO EDUCACIONAL NA CIDADE DE ARACATI (CE)

Leovigildo Cavalcanti de Albuquerque Neto¹

Andreia Félix dos Santos²

Meire Eugênia Duarte³

Gerlânia Maria Rocha Sousa⁴

Adonias Vidal de Medeiros Júnior⁵

Tema 1 – *O papel da educação para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro no século XXI.*

RESUMO

A Constituição determina que a educação seja direito de todos e dever do Estado e das famílias. Entre os concepções da educação estão à busca de igualdade de condição de acesso e de permanência na escola. O Estado vem se comprometendo cada vez mais com a educação, criando programas de desenvolvimento educacional e de incentivo ao aluno ir à escola. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para a aprendizagem dos alunos, no momento que suprir as necessidades alimentares infanto-juvenil com o fornecimento da merenda escolar. Esta pesquisa tem como objetivo verificar se o PNAE incentiva à permanência dos alunos em sala de aula na cidade de Aracati-CE. Em relação a metodologia do trabalho, esta consiste em uma pesquisa descritiva, bibliográfica de caráter qualitativo, e uma pesquisa de campo, por meio de entrevista realizada com o Secretario de Educação da cidade de Aracati e questionários aplicados aos diretores de escolar e aos alunos. A conclusão geral foi a partir da observação, análise e a classificação dos fatos. De acordo com a pesquisa constatou-se que a merenda escolar é um incentivo positivo para a permanência dos alunos na sala de aula.

Palavras chaves: Estado. PNAE. Educação.

ABSTRACT

The Constitution states that education is the right and duty of the state and families. Between conceptions of education are to seeking equal access condition and stay in school. The State has been committed increasingly to education, creating educational and development programs to encourage students to go to school. The National School Nutrition Programme (PNAE) contributes to student learning, when they meet the nutritional needs of children and adolescents with providing school meals. This research aims to determine whether the PNAE encourages the retention of students in the classroom in the city of Aracaty-EC. Regarding the

¹ Doutor em El Medio Natural y Humano en las Ciencias Sociales - Universidad de Salamanca e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: lcaneito@hotmail.com

² Economista pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

³ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professora substituta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: meire.duarte@hotmail.com

⁴ Mestre em economia rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora substituta da Universidade Federal Rural do Semi – Árido (UFERSA). E-mail: gerlaniarocha@gmail.com

⁵ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: adoniasvidal@hotmail.com

methodology of the work, this consists of a descriptive qualitative literature and field research, through interviews held with the Secretary of Education of the City of Aracaty and questionnaires to school principals and students. The general conclusion from the observation, analysis and classification of facts. According to the survey found that the school meals is a positive incentive for the retention of students in the classroom.

Keywords: State. PNAE. Education.

1 Introdução

O presente trabalho busca investigar as condições encontradas nas escolas no município de Aracati/CE, no tocante ao programa de alimentação escolar, tendo como pano de fundo o processo de segurança alimentar concebido no seio escolar e sua contribuição aos condicionantes à concepção de incentivo educacional no referido município.

A alimentação exerce um papel extremamente importante na saúde do indivíduo. O hábito de uma alimentação saudável e balanceada desde a infância favorecerá uma boa saúde e proporcionará o perfeito desenvolvimento físico e intelectual, dessa forma, reduzirá os transtornos causados pelas deficiências nutricionais comuns a este estágio de desenvolvimento.

Os hábitos saudáveis de alimentação devem ser incentivados e praticados desde a infância. É nesta fase da vida que as crianças para darem conta do desenvolvimento, necessitam de substâncias. Quando o consumo destes nutrientes é adequado, isto é, ajustado às necessidades individuais, as crianças terão um melhor desempenho escolar e uma maior facilidade de assimilação dos conhecimentos. Com isto o entendimento é maior e o aprendizado se dá de uma forma bem natural e com muita satisfação.

Para suprir as necessidades alimentares infanto-juvenil, o governo implantou em 1955, através de uma política pública, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com o objetivo de garantir, por meio de transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Conforme a Lei nº 11.947/2009, art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

O cardápio da merenda escolar tem obrigatoriamente que atender 15% (quinze por cento) das necessidades diárias dos alunos beneficiados e 30% (trinta por cento) para alunos indígenas e quilombolas.

Com a Medida Provisória nº 2.178, de 28/06/2001, tornou-se obrigatório que 70% (setenta por cento) dos recursos transferidos pelo governo federal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e 30% (trinta por cento) restante são à aquisição de produtos da agricultura familiar, respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (BRASIL, 2001).

Esse repasse poderá ocasionar a geração de emprego e renda, já que será produzido um número maior de alimentos para suprir a demanda, ajudando assim, para o desenvolvimento local da cidade de Aracati.

O desenvolvimento local é considerado uma estratégia de antecipação da mudança e instalação de processos de reestruturação econômica e social. É uma política feita para o âmbito local. Baseia-se em novas formas organizativas substancialmente diferentes das políticas de desenvolvimento tradicionais. São políticas que deveriam ser, essencialmente, políticas públicas. Para que aja um desenvolvimento requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado que se apoie amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas próprias comunidades.

Em meio aos objetivos pressupostos na execução desse programa há a indagação: a merenda escolar é um incentivo positivo para presença dos alunos nas salas de aula? Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é verificar se a merenda escolar incentiva à permanência dos alunos em sala de aula. E com os objetivos específicos: a) apontar as principais características do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; b) traçar o perfil do funcionamento do PNAE; c) mostrar como atua o Conselho de Alimentação Escolar – CAE; d) identificar o modelo de operacionalização do PNAE no município de Aracati.

Quanto à metodologia desse trabalho, o mesmo se configura em uma pesquisa descritiva, bibliográfica de caráter qualitativa, com a utilização de dados primários encontradas em livros, revistas, cartilhas, artigos, internet, normas legais, sendo agregados dados provenientes de pesquisa realizada pela autora. O processo na coleta de dados foi realizado através de uma entrevista ao Secretário de Educação da cidade de Aracati e dois questionários aplicados em 09 (nove) escolas municipais da zona urbana. Um questionário destinado à direção da escola e o outro questionário foi destinado a uma turma de cada escola, totalizando uma amostra de 273 alunos.

2 Referencial Teórico

2.1 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um “processo endógeno de mudança” – desenvolvimento endógeno – (BUARQUE, 2002, p. 25), que leva ao dinamismo econômico e à melhoria de qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesmo das suas potencialidades e condição para qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

O desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Em regiões e municípios pobres deve perseguir com rigor o aumento da renda e das riquezas locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite nos mercados globais (BUARQUE, 2002, p. 26).

Sachs (2004) afirma que todo desenvolvimento tem uma base particularmente local, mesmo os processos que transcendam este nível, sendo que é no local que se percebe a presença ou a ausência de desenvolvimento.

O desenvolvimento local não se trata do mesmo desenvolvimento ‘em miniatura’, mas de outro desenvolvimento, em que os fluxos adensam os lugares e dali se criam novos sujeitos em relação e caminhos de mudança social.

O local é produto do processo de desenvolvimento, da participação social, sendo um espaço que vai sendo construindo pela sociedade, que vai originando configurações territoriais diversas. Ele é o alvo socioterritorial das ações, portanto, não é dado, mas se define e redefine a partir dessas ações, o que remete a um contexto de relações que ultrapassa o nível micro.

Segundo Fuertes e Gatica (2008, p.35):

El desarrollo local, de forma similar a la definición general de desarrollo, tiene como objetivo general mejorar la calidad de vida y el bienestar de la población local de la que surge. Como objetivos particulares concretos

tiene: el crecimiento económico, el fomento del empleo, la equidade y la sostenibilidad ecológica.³

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefina oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização (BUARQUE, 2002).

2.2 Políticas Sociais e Educação

As políticas sociais são todas as intervenções públicas nas áreas de educação, saúde, seguridade e assistência social, emprego, saneamento e habitação. Entretanto, como enfatizado por Fernandes e Pazello (2001, p. 339):

Non é tão claro por que tais intervenções devam pertencer ao espectro das políticas sociais, enquanto outras são excluídas. Se o critério for o impacto sobre alguns indicadores sociais, como pobreza, mortalidade infantil, expectativa de vida etc., várias outras intervenções como, por exemplo, investimento em infraestrutura e outras políticas voltadas para o crescimento, poderiam ser consideradas.

A intervenção do Estado na economia se deve a busca de eficiência na alocação dos recursos e a equidade na distribuição da renda e riqueza.

A educação é considerada um direito de cidadania, por isso a provisão pública desse serviço deveria estar garantida a todos, devido a sua essencialidade. Ela é um dos principais fatores para gerar oportunidades iguais entre os cidadãos, assim permitindo uma geração de renda mais equitativa. (BIDERMAN; ARVATE, 2004).

É inegável a importância da escolaridade na melhoria das condições econômicas e sociais dos indivíduos. Vários estudos têm apontado para alta sensibilidade dos salários em relação ao nível educacional no Brasil.

A ideia de que a desigualdade educacional é o fator mais importante para explicar a desigualdade de rendimentos no Brasil há tempos vem ganhando força. Estudos estimam que a eliminação dos diferenciais de renda por nível educacional reduziria a desigualdade salarial em torno de 35% a 50%, redução muito maior do que a que se conseguiria com a eliminação dos diferenciais de renda provocados por fatores como gênero, raça, região, idade, entre outros.

Esses resultados têm contribuído para mostrar o quanto é difícil pensar em uma política consistente de combate à pobreza e à desigualdade de renda que não passe por uma

política educacional. A garantia da igualdade de oportunidades no acesso e qualidade da educação parece ser uma das condições básicas para a redução da desigualdade no Brasil.

O benefício da educação é medido pela diferença de renda alcançada em função dos anos adicionais de estudo. O retorno da educação resulta da oferta e demanda de trabalhadores no mercado de trabalho. Para se ter oferta de trabalhadores qualificados dependem da dinâmica no mercado de educação.

O impacto distributivo de um programa social depende tanto da distribuição dos gastos entre os mais pobres como também do seu financiamento. As avaliações do impacto distributivo da educação têm se concentrado no grau de focalização em termos do acesso aos serviços educacionais.

O governo vem atuando de forma direta e indiretamente na educação, em diferentes níveis de ensino. Do total dos gastos em educação, aproximadamente 70% é destinado ao ensino superior, 13% ao ensino fundamental, 8% ao ensino médio e 4,5% à alfabetização de adultos e ensino supletivo.

O investimento em educação depende da renda familiar e do investimento do Estado. Onde o Estado intervém na criação de condições para que crianças de diferentes níveis de renda recebam o mesmo nível de educação.

Através de um regime de colaboração a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizam os sistemas de ensino. A União tem o papel de definir um custo mínimo por aluno e, no caso de estados e municípios não possuírem recursos suficientes, a União complementa. Os recursos para a educação são repassados de acordo com o número de alunos efetivamente matriculados.

2.3 O Programa Nacional De Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) faz parte de uma política pública, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É o mais antigo programa social do governo federal na área de alimentação e nutrição, foi criado com o intuito de prover a alimentação dos alunos das escolas de educação infantil e ensino fundamental da rede pública durante todo o ano letivo, bem como das escolas indígenas e comunidades quilombolas.

Ele teve sua origem na década de 1940, com propostas do governo para fornecer alimentação nas escolas, cuja oficialização se deu com o Decreto nº 37.106/1955 a partir da Campanha da Merenda Escolar que assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, como programa suplementar à política educacional.

O período de 1970 até o final da década de 1980 foi marcado pela ascensão e declínio dos alimentos formulados introduzidos na alimentação escolar. No início da década de 1970, a ajuda alimentar internacional foi se escasseando, o que contribuiu para a instalação das primeiras indústrias alimentícias brasileiras com o fim e atender a demanda. Porém, os cardápios eram pobres em qualidade e sabor, e visavam apenas desenvolver as indústrias nacionais do ramo, fortemente asseguradas por esse mercado governamental. (COIMBRA et al, 1982).

Até fins da década de 1980 o Programa Nacional de alimentação Escolar funcionou de forma centralizada, mostrando-se ineficiente, com consumo elevado de recursos financeiros e deficiências no controle de qualidade de alimentos.

Em 1994, ocorre a descentralização do Programa, com a transferência do poder de compra dos alimentos para as administrações locais. Dessa forma, melhorou o desempenho do programa, pois introduziu mudanças na sistemática de compras, implantando a produção alternativa de alimentos e utilizando produtos básicos in natura e semi-elaborados da localidade.

O PNAE tem como base cinco princípios:

- a) Universalidade – beneficia todos os alunos cadastrados no Censo Escolar, independentemente da condição social, raça, cor e etnia.
- b) Equidade – promove o tratamento igual para os alunos sadios e o tratamento diferenciado para os alunos portadores de necessidades especiais, a exemplo dos celíacos e dos diabéticos, que devem receber uma alimentação adequada à sua condição, por intermédio de cardápio elaborado por nutricionista habilitado;
- c) Continuidade – garante o atendimento durante todo o ano letivo;
- d) Descentralização – atua com repasse de recursos federais aos entes da Federação, que são os responsáveis pela oferta de alimentos aos alunos.
- e) Participação social – favorece a participação da sociedade civil no acompanhamento e controle da execução do programa ao promover ações voltados ao fortalecimento e à instrumentalização dos conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar garante a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas, através das transferências dos recursos financeiros que provém do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. Essa transferência de verbas é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em dez parcelas mensais e idênticas, a partir do mês

de fevereiro à novembro, considerando o número médio de 20 dias letivos, para as entidades executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios).

Com a Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009, ficou estabelecido que 30% do repasse é destinado a compras diretas de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico da localidade.

O cardápio escolar é elaborado por nutricionistas habilitados, que devem levar em consideração a energia necessária para o crescimento das crianças e adolescentes devendo suprir no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamenta.

3 Resultados e Discussões

3.1 Caracterização do Município de Aracati

O município de Aracati, no estado do Ceará, tem uma área de unidade territorial 1.228,058 km², com uma população de 69.159 habitantes, onde 44.035 vivem na zona urbana e 25.124 vivem na zona rural, e uma densidade demográfica 55,45hab/km² (IBGE/2010).

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2012), o município de Aracati fica localizado ao leste com latitude 4° 33' 42" e longitude 37° 46' 11". Sua distância em relação a Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é de 122 km. Limita-se: ao Norte, com o Oceano Atlântico e o Fortim; ao Sul, com Jaguaruana e o Estado do Rio Grande do Norte; ao Leste, com Icapui e Oceano Atlântico e ao Oeste, com Beberibe, Palhano e Itaiçaba.

Aracati foi elevada a condição de cidade pela Lei Provincial 244, em 25 de outubro de 1842. A cidade foi uma grande produtora de carne seca e possuía o principal porto de exportação desse produto para as regiões canavieiras. As charqueadas teve papel importante para a ocupação definitiva de Aracati, pois foi com o funcionamento das oficinas de charque que se iniciou a ocupação definitiva da cidade. O comércio de carne e couro atraía abastados senhores de locais diversos, mantendo Aracati, por longo tempo, como a localidade de maior influência de formação econômica, social e política do povo cearense.

Aracati é um polo econômico de serviços e indústrias, onde conta com mais de três mil pontos comerciais, mais de setenta indústrias, cerca de seis centros de ensino superior.

A tabela abaixo mostra o PIB da cidade de Aracati.

Tabela 01: Produto Interno Bruto do Município de Aracati no ano de 2009

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
PIB a preços de mercado	492.433
PIB per capita	7.074
PIB POR SETOR	PERCENTUAL (%)
Agropecuária	13,07
Indústria	26,87
Serviços	60,06

Fonte: Adaptado de IPECE (2012).

O município possui vinte e oito unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde, sendo vinte e cinco unidades públicas e três unidades particulares.

Aracati possui um total de cinquenta e sete escolas, uma federal, três estaduais, quarenta e quatro municipais e nove particulares.

A tabela a seguir, mostra os índices de desenvolvimento de Aracati.

Tabela 02: Índices de Desenvolvimento do Município

ÍNDICES	ANO	VALOR
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) ¹³	2010	36,85
	2008	39,46
	2006	47,96
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) ¹⁴	2009	0,4
	2008	0.414
	2007	0,402
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) ¹⁵	2009	0,472
	2008	0,427
	2007	0,463
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹⁶	2000	0,672

Fonte: Adaptado de IPECE (2012).

A base econômica é centrada nas atividades industriais e comerciais. Dentre as atividades econômicas destacam-se: atividades pesqueiras: lagosta, camarão e peixe; atividade turística: turismo receptivo; atividade industrial: beneficiamento de frutas tropicais, cerâmica e cera de carnaúba; atividade agrícola: melão, milho, melancia, feijão, coco e castanha de caju e atividade extrativa: petróleo.

3.2 Análise dos Resultados da Pesquisa

Dentro do universo de atuação desta pesquisa, foram utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados, através de uma entrevista ao Secretário de Educação da cidade de Aracati e dois questionários aplicados a 09 (nove) escolas municipais da zona urbana. Um questionário foi destinado à direção da escola, formado por 06 (seis) perguntas abertas e 03 (três) perguntas fechadas de múltipla escolha. O outro questionário foi destinado a uma turma de cada escola, especificadamente a aplicação deste a 273 alunos, formado por 06 (seis) perguntas fechadas dicotômicas, 01 (uma) pergunta fechada de múltipla escolha e 01 (uma) pergunta aberta, constatando a forma de atuação do PNAE no município.

Em meio à pesquisa de campo foi constatado que a Prefeitura Municipal de Aracati gerencia o Programa Nacional de Alimentação Escolar de forma centralizada, onde os alimentos da merenda são comprados pela prefeitura e distribuídos às escolas. Não é utilizado o fornecimento de refeições prontas.

Os recursos financeiros recebidos pela União são destinados para garantir a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município, distribuídos conforme o número de alunos matriculados no ano anterior.

A entrega dos gêneros alimentícios para merenda escolar ocorre semanalmente, para produtos perecíveis, e mensalmente, para produtos não perecíveis. A distribuição dos alimentos da prefeitura para as escolas segue um calendário, a primeira semana de cada mês é entregue os alimentos não perecíveis e a segunda e quarta semana é entregue os produtos perecíveis.

As escolas são divididas em cinco polos, como mostra o quadro abaixo.

Tabela 03: Divisão das Escolas da Cidade de Aracati

POLO 01 – SEDE	
E.E.F. AUXILIADORA	CEI RITA CALIXTO
E.E.F. FRANCISCO SABOIA BARBOSA	CEI MARLENE NEPOMUCENO SOARES
E.E.F. PROF. REGIS BERNARDO	CEI MARIA RODRIGUES PRAÇA
E.E.F. RAISES E ASAS	CEI MARIA ERIDAN DE FREITAS
COLÉGIO MUNICIPAL	CEI MARIA SALETE MORAIS
E.E.F. GERCINA NEPOMUCENO	CEI ZILDA ALEXANDRE GONDIM
E.E.F. SÃO MARCELINO CHAMPAGNAT	CEI ANGELA CLOTILDE
E.E.F. ANTÔNIO MONTEIRO	CEI PROMESSA DE DEUS
E.E.F. MARTA SILVÉRIO	CEI ARMANDO DIAS SIMÕES
POLO 02 – PRAIA	
ESCOLA	LOCAL

E.E.F. ANTONIETA CALS	MAJORLÂNDIA
CEI MARIA LEONOR MAIA	MAJORLÂNDIA
E.E.F. ZÉ MELANCIA	CANOA QUEBRADA
E.E.F. HERIBERTO PORTO	QUIXABA
E.E.F. ANTONIO PONCIANO DA COSTA	CORREGO DOS RODRIGUES
E.E.F. MANUEL ROCHA FREIRE	CORREGO DA NICA
E.E.F. RAIMUNDO SILVÉRIO	CUMBE
E.E.F. JOAQUIM NOGUEIRA DA COSTA	BEIRADA
CEI ESTEVÃO PEREIRA DA COSTA	CANOA QUEBRADA
POLO 03	
ESCOLA	LOCAL
E.E.F. JOSE BERNARDO DE SOUSA	CAJUEIRO
CEI HELENITA GURGEL VALENTE	CAJUEIRO
E.E.F. ADOLFO CAMINHA I	COHAB
E.E.F. ADOLFO CAMINHA II	COHAB
E.E.F. APOLINÁRIO JOAQUIM MONTEIRO	CORREGO DO RETIRO
E.E.F. VILANI PEREIRA	UBARANAS
E.E.F. DRAGÃO DO MAR	LAGOA DO MATO
E.E.F. ZUMBI DOS PALMARES	ASSENTAMENTO ZUMBI
E.E.F. SÃO FRANCISCO	SÃO CHICO
E.E.F. FRANCISCO AMARAL LIMA	CACIMBA FUNDA
E.E.F. MOISÉS MARQUES	CAJAZEIRAS
E.E.F. PASSOS LIVRES	ASSENTAMENTO CAMPOS VERDES
POLO 04	
ESCOLA	LOCAL
E.E.F. POMPEU COSTA LIMA FILHO	VILA SÃO JOSÉ
E.E.F. JOSÉ BEZERRA FILHO	MORRINHOS
E.E.F. FRANCISCA CLOTILDE	QUINDERÉ
E.E.F. 27 DE JULHO	ASSENTAMENTO CATU-VILANI
E.E.F. MARGARIDA GONDIM	OUTEIRO
E.E.F. WALDOMIRO AFONSO	BOCA DO FORNO
E.E.F. FRANCISCO NOGUEIRA CAVALCANTE	BARREIRA DOS VIANAS
E.E.F. CARLOS PEIXOTO	CANTINHO DE CIMA
POLO 05	
ESCOLA	LOCAL
E.E.F. JOSÉ ROCHA GUIMARÃES	BAIXIO
E.E.F. VIRGINIA RODRIGUES UCHOA	VOLTA
E.E.F. JOÃO MACIEL DE SANTANA	PEDRA REDONDA

E.E.F. EDMAR SENA	CABREIRO
E.E.F. MANUEL ANTONIO PEREIRA	TABULEIRO
E.E.F. DOMINGOS COSTA TEOBALDO	SANTA TEREZA
E.E.F. JOSÉ NONATO	TEODÓSIO
E.E.F. JOSÉ DE SOUSA	PREÁ
E.E.F. FRANCISCO FERNANDES FILHO	CORRÉGO DOS FERNANDES

Fonte: Secretaria de Educação de Aracati.

O cardápio de alimentação é elaborado por nutricionista, constando produtos naturais como frutas, verduras e legumes. A média calórica dos cardápios da merenda escolar de Aracati é de 300 a 600 calorias. De acordo com a pesquisa foi constatado que o cardápio pré-estabelecido tem uma boa aceitabilidade por partes dos alunos (76% dos alunos).

Foi realizado, também, na pesquisa o levantamento de dados que constam o repasse do governo federal e o destino deste repasse para alimentos utilizados na alimentação escolar, no período de 2007 a 2012. O valor do repasse é de acordo com os alunos matriculados no ano anterior. A tabela mostra os valores dos repasses nesse período:

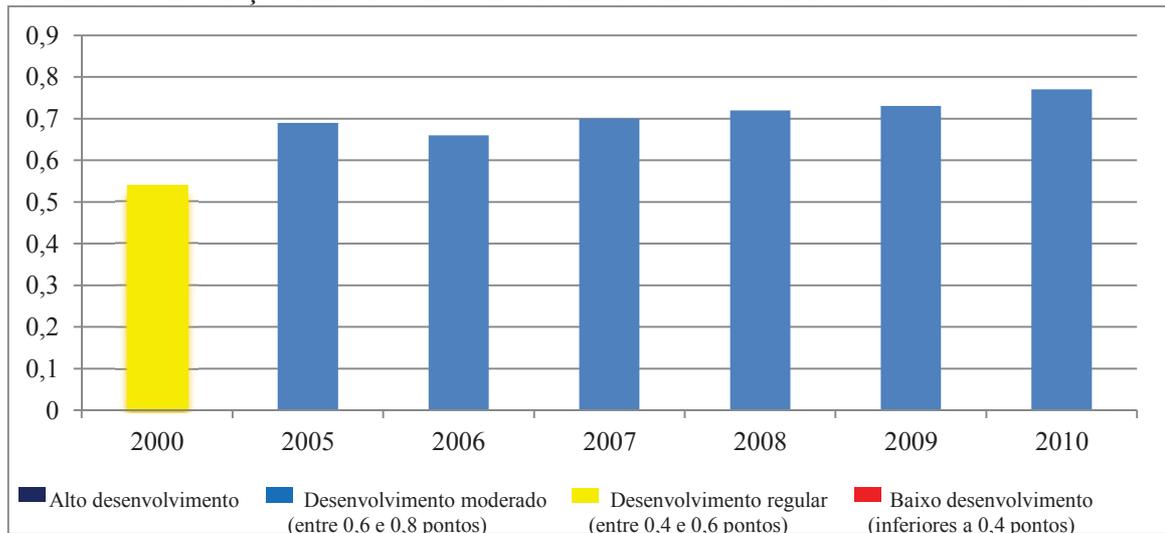
Tabela 04: Valores do repasse do PNAE para o município de Aracati

ANO	VALOR (R\$)
2007	R\$ 563.596,00
2008	R\$ 471.944,00
2009	R\$ 477.624,40
2010	R\$ 888.363,20
2011	R\$ 855.588,00
2012	R\$ 975.168,00

Fonte: Adaptado de Portal da Transparência do Governo Federal.

De acordo com informações obtidas na Secretária de Educação, a Prefeitura Municipal de Aracati não complementa o recurso que a União repassa para a alimentação escolar.

Gráfico 01: Evolução Anual do Desenvolvimento Educacional da cidade de Aracati

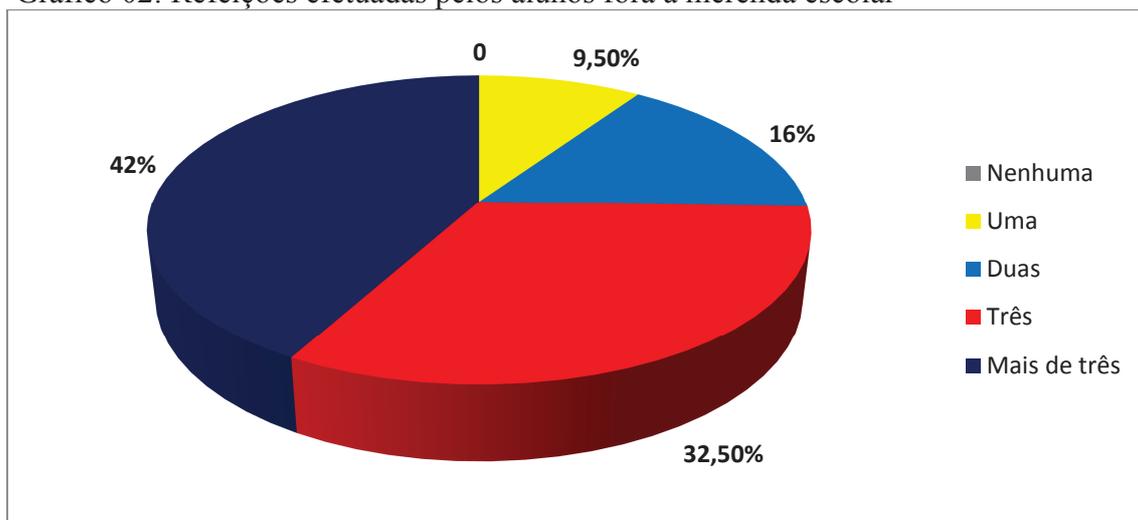


Fonte: Adaptado Sistema Firjan (2010).

De acordo com o gráfico acima, no ano de 2000 o desenvolvimento educacional da cidade de Aracati foi classificado como regular. A partir do ano de 2005 houve um desenvolvimento significativo ao ponto de ser considerado moderado, ou seja, houve um crescimento no número de alunos matriculados e frequentando a escola.

O questionário aplicado aos alunos tinha um objetivo de verificar se a merenda escolar é um incentivo a frequência na escola. Em meio às respostas dos alunos foi constatados que: 92% dos alunos comem a merenda escolar e 88% destes comem a merenda escolar todos os dias.

Gráfico 02: Refeições efetuadas pelos alunos fora a merenda escolar

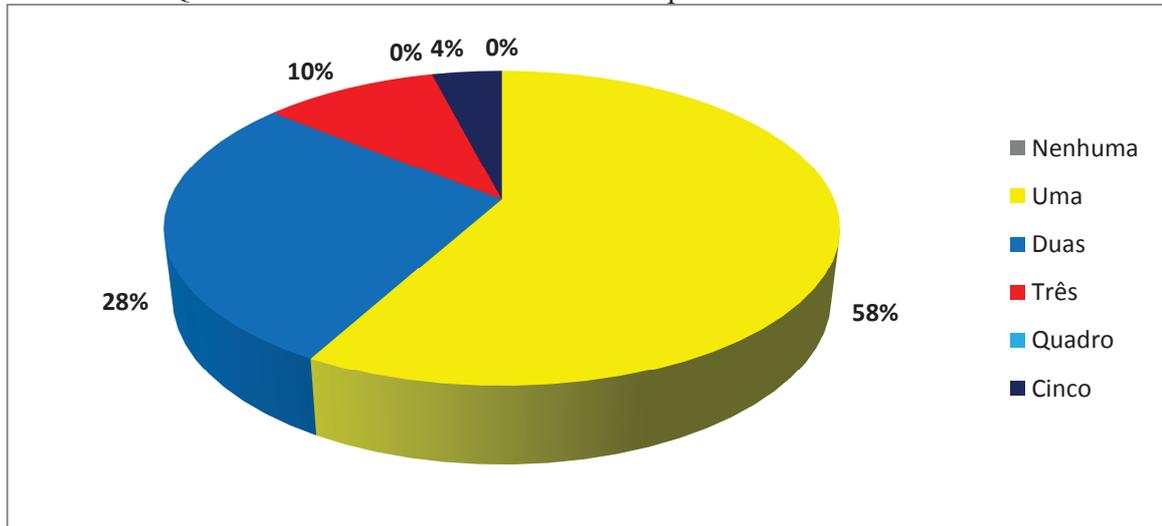


Fonte: Pesquisa em campo (2013).

Como exposto no gráfico 03 foi constatado que a maioria dos alunos fazem mais de três refeições fora a merenda escolar, ou seja, o alimento oferecido na escolar não é a única

refeição diária realizada pelos participantes. Foi verificado, através de uma outra indagação, que a merenda escolar não é melhor do que a comida oferecida em casa, pois esta é a visão de 85% dos alunos. No entanto, 87,30% responderam que a merenda escolar incentiva à ida e a permanência na escola.

Gráfico 03: Quantidades de bolsa família recebida pelos alunos



Fonte: Pesquisa em campo (2013).

Com o objetivo de saber se os alunos eram beneficiados com outros programas do governo, além do PNAE, foi constatado que 100% dos alunos participantes são beneficiados com o programa bolsa família e a maioria das famílias dos participantes recebe uma bolsa família, assim exposto no gráfico acima.

Esta questão sobre o bolsa família foi abordada, pois como já exposto no gráfico 02, à maioria dos alunos fazem mais de três refeições diárias fora a merenda escolar, e fazendo uma correlação com a informação obtida através do Secretário de Educação da cidade do Aracati, a situação financeira das famílias destes alunos das escolas municipais, é caracterizada como pobre. Assim, em meio a essa situação, há necessidade de um auxílio financeiro para que ocorram essas várias refeições, como por exemplo, o bolsa família.

O agricultor familiar para participar das licitações do município e poder se beneficiar com as políticas públicas, é obrigatório ser cadastrado na secretaria da agricultura familiar, por meio da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf. De acordo com a Secretária de Agricultura Familiar (2013) a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PNAE. Para haver o credenciamento do agricultor da DAP é preciso: ter personalidade jurídica; ser representante legal dos agricultores familiares ou prestar serviços de assistência técnica e/ou extensão rural;

e ter experiência mínima de um ano, devidamente comprovada, no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores familiares.

A Secretária de Educação informou que a prefeitura divulga com antecedência os produtos que pretende comprar, para os fornecedores apresentarem propostas de preço. A licitação permite que todos os interessados tenham oportunidade de apresentar suas ofertas em igualdade de condições e obter a proposta mais vantajosa para a prefeitura. Algo a salientar que os agricultores têm muita dificuldade de participar das licitações devido a falta de preço em relação à concorrência e a falta de esta credenciado a DAP.

O PNAE além de incentivar melhores hábitos alimentares, contribui também para a redução dos índices de evasão escolar, pois como constatado na pesquisa os alunos se sentem motivados a ir à escola.

4 Considerações Finais

A alimentação exerce um papel de grande relevância na saúde do indivíduo. A prática de uma alimentação saudável e balanceada desde a infância beneficiará a ter uma boa saúde e proporcionará o perfeito desenvolvimento físico e intelectual, dessa forma, reduzirá os transtornos causados pelas deficiências nutricionais comuns a este estágio de desenvolvimento.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar garante a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas, contribuindo através do fornecimento da merenda escola, a aprendizagem dos alunos, no momento que suprir as necessidades alimentares infanto-juvenil.

Na cidade de Aracati, o PNAE é atuante, beneficiando alunos matriculados em escolas municipais de todo o município. O programa é executado e fiscalizado de forma correta e transparente. A entrega da merenda escolar as escolas ocorre de forma rotineira seguindo a periodicidade de acordo com os alimentos perecíveis e não perecíveis.

O cardápio de alimentação é elaborado por nutricionista, constando produtos naturais como frutas, verduras e legumes. A média calórica dos cardápios da merenda escolar de Aracati é de 300 a 600 calorias. Os alunos beneficiados com o programa aprovam o cardápio pré-estabelecido, mesmo considerando a alimentação feita em casa mais saborosa.

O PNAE tem por objetivo de contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais. No município de Aracati a

merenda escolar é um incentivo positivo para permanência dos alunos em sala de aula, mesmo essa refeição não sendo a única refeição diária.

Na cidade de Aracati, a prefeitura gerencia o programa de forma centralizada, onde os alimentos da merenda são comprados pela prefeitura e distribuídos às escolas. Não é utilizado o fornecimento de refeições prontas. A Prefeitura não complementa o recurso que a União repassa para a alimentação escolar.

O repasse da União é feito diretamente aos Estados e Municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior do atendimento. Sendo calculado da seguinte forma: R\$ 1,00 por dia para cada aluno matriculado nas creches; R\$ 0,50 por dia para cada aluno matriculado em turmas da pré-escola; R\$ 0,60 por dia para alunos de escolas indígenas e quilombolas; R\$ 0,30 por dia para alunos do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos e as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa “Mais Educação” tem R\$ 0,90 por dia.

O PNAE foi criado não só com o objetivo de garantir a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas, mas também com intuito de estimular o desenvolvimento econômico das comunidades. Visto que, 30% do recurso são destinados às compras diretas de produtos da agricultura familiar.

Na cidade de Aracati os agricultores têm muita dificuldade de participar das licitações devido à falta de preço em relação à concorrência e a falta da maioria deles não estarem credenciados a DAP.

O Programa Bolsa Família busca promover o alívio imediato da pobreza, objetivando que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Constatou-se que os alunos participantes da pesquisa não são beneficiados apenas com o PNAE, na sua totalidade são beneficiados também com o programa bolsa família.

Através das informações obtidas na pesquisa de campo, foi constatado que o PNAE é um programa que tem um impacto positivo aos alunos, assegurando aos mesmos, um crescimento educacional e um desenvolvimento na aprendizagem, melhorando o bem estar na escola e gerando oportunidades iguais entre os alunos, proporcionando um futuro mais saudável e mais intelectual.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e Desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006.

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 7.492**, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemiséria/legislacao-2/decreto-no-7492.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

_____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

_____. **Medida Provisória nº 2.178**, de 28 de junho de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233095>>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

_____. Portal da Transparência do Governo Federal. **Transparência nos Estados – Ceará**. 2013. Disponível em: <ce.transparencia.gov.br>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

BUARQUE, Sérgio C.. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Disponível em: <http://www.permear.org.br/pastas/documentos/permacultor4/Planeja_DesLocal.PDF>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

COIMBRA, Marcos et. al.. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC, 1982.

DANTAS, Ayanne Kaline de Medeiros. **A Contribuição do Crédito do Pronaf no Cotidiano dos Agricultores Familiares de Caraúbas – RN**. 2010. 53 f. Trabalho de conclusão (Monografia) – Curso de Ciências Econômicas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2010.

FERNANDES, Reynaldo; PAZELLO, Elaine. **Avaliação de políticas sociais: incentivos adversos, focalização e impacto**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

FUERTES, Ana Maria; GATICA, Leonardo. **De la economía global al desarrollo local: El alcance de la intervención de los agentes de empleo y desarrollo local**. Valência: PUV, 2008.
FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa PNAE: Funcionamento**. 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2012/O_Processo_Historico_do_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2013.

INDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM. **IFDM e Indicadores**. 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indices-grafico.htm?UF=CE&IdCidade=230110&Indicador=1&Ano=2010>>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Perfil Básico Municipal 2012 Aracati**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Aracati.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMÕES PIRES, M.C. Concepção, financiamento e execução de políticas públicas no Estado Democrático de Direito. Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Disponível em: <http://200.198.41.151:8081/tribunal_contas/2001/02/-sumario?next=7>, acesso em 10/06/2013.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Ed. AATR-BA, 2002
VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos da economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.